

# ***Triângulo do Sol*** ***Auto - Estradas S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2010 e Relatório  
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.  
Matão - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### ÊNFASE

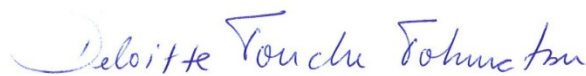
Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas contratualmente. A posição financeira e o resultado das operações da Companhia refletem as condições estabelecidas nestas negociações.


### OUTROS ASSUNTOS

#### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de janeiro de 2011

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Edgar Jabbour  
Contador  
CRC nº 1 SP 156465/O-9

TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	PASSIVOS	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
	explicativa					explicativa			
			Ajustado	Ajustado			Ajustado	Ajustado	
ATIVOS CIRCULANTES					PASSIVOS CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.627	38.614	18.144	Empréstimos e financiamentos	8	40.697	15.871	47.647
Contas a receber	5	15.166	13.326	12.856	Fornecedores e prestadores de serviços		2.643	4.497	3.154
Despesas antecipadas		1.797	2.054	1.989	Fornecedores - partes relacionadas	9	4.115	3.626	2.068
Adiantamentos a fornecedores - partes relacionadas	9	5.000	-	-	Credores pela concessão	10	18.508	17.175	16.962
Outros ativos		490	255	255	Obrigações sociais e trabalhistas		2.028	1.918	1.895
Total dos ativos circulantes		79.080	54.249	33.244	Obrigações tributárias		7.712	11.865	4.853
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					Dividendos propostos	9	10.843	1.045	-
Realizável a longo prazo:					Provisão para manutenção		1.708	6.558	25.313
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	18.765	16.886	15.974	Outras contas a pagar		487	770	713
Depósitos judiciais	12	535	505	363	Total dos passivos circulantes		88.741	63.325	102.605
Imobilizado	6	17.747	16.991	14.694	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES				
Intangível	7	315.237	342.795	370.258	Exigível a longo prazo:				
Total dos ativos não circulantes		352.284	377.177	401.289	Empréstimos e financiamentos	8	155.353	168.304	144.558
					Credores pela concessão	10	94.971	95.962	107.865
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	5.047	5.442	7.035
					Total dos passivos não circulantes		255.371	269.708	259.458
					CAPITAL E RESERVAS				
					Capital social subscrito e realizado	13	71.000	61.000	61.000
					Reserva de capital		-	358	358
					Reserva de lucros		16.252	37.035	11.112
					Total do patrimônio líquido		87.252	98.393	72.470
TOTAL DOS ATIVOS		431.364	431.426	434.533	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS		431.364	431.426	434.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressas em milhares de reais - exceto resultado por ação que está expresso em reais - R\$)

	Nota explicativa	2010	2009 Ajustado
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITA LÍQUIDA	14	272.453	240.070
Custo dos serviços prestados	14	(140.272)	(123.073)
LUCRO BRUTO		<u>132.181</u>	<u>116.997</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas		(12.635)	(12.291)
Outras receitas operacionais, líquidas		385	43
Total		<u>(12.250)</u>	<u>(12.248)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>119.931</u>	<u>104.749</u>
Receitas financeiras		4.173	1.274
Despesas financeiras		(55.142)	(23.224)
RESULTADO FINANCEIRO	16	<u>(50.969)</u>	<u>(21.950)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>68.962</u>	<u>82.799</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	11	(25.579)	(29.336)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	11	2.274	2.505
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u><u>45.657</u></u>	<u><u>55.968</u></u>
LUCRO POR AÇÃO - EM R\$		<u><u>74,85</u></u>	<u><u>91,75</u></u>

Não há outros resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
				Reserva de contingência	Reserva especial	Reserva legal			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009		61.000	358	5.926	1.185	5.926	29.083	-	103.478
Mudança de prática contábil	3	-	-	-	-	-	(31.008)	-	(31.008)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009 - AJUSTADOS		61.000	358	5.926	1.185	5.926	(1.925)	-	72.470
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	-	-	(29.000)	-	(29.000)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	55.968	55.968
Constituição de reserva para contingência		-	-	2.887	-	-	-	(2.887)	-
Constituição de reserva especial		-	-	-	577	-	-	(577)	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	2.887	-	(2.887)	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	-	-	(1.045)	(1.045)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	48.572	(48.572)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		61.000	358	8.813	1.762	8.813	17.647	-	98.393
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	-	-	(45.955)	-	(45.955)
Aumento de capital	13	10.000	(358)	(7.473)	(2.169)	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	45.657	45.657
Constituição de reserva para contingência		-	-	2.282	-	-	-	(2.282)	-
Constituição de reserva especial		-	-	-	407	-	-	(407)	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	-	2.282	-	(2.282)	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	-	-	(10.843)	(10.843)
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	29.843	(29.843)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		71.000	-	3.622	-	11.095	1.535	-	87.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Lucro líquido	45.657	55.968
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.274)	(2.505)
Depreciação e amortização	37.425	40.389
Baixa do ativo imobilizado	304	15
Apropriação da outorga variável	8.741	7.568
Juros sobre empréstimos e financiamentos	35.255	15.190
Provisão para manutenção	(4.850)	(18.753)
Variação monetária e juros com credores pela concessão	17.663	4.984
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(1.840)	(470)
Despesas antecipadas e outros ativos	(4.978)	(65)
Depósitos judiciais	(30)	(142)
Fornecedores e prestadores de serviços	(1.854)	595
Fornecedores partes relacionadas	2.389	-
Obrigações sociais e trabalhistas	110	23
Obrigações tributárias	(4.153)	7.012
Outras contas a pagar	(283)	56
Caixa oriundo das atividades operacionais	<u>127.282</u>	<u>109.865</u>
Fluxo de caixa de operações de investimentos:		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.213)	(2.982)
Aquisição de ativo intangível	(8.614)	(9.951)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(12.827)</u>	<u>(12.933)</u>
Fluxo de caixa de atividades financeiras:		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	32.000
Pagamentos	(23.380)	(55.220)
Distribuição de dividendos	(47.000)	(29.000)
Liquidação da outorga variável e fixa	(26.062)	(24.242)
Caixa aplicado nas atividades financeiras	<u>(96.442)</u>	<u>(76.462)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	18.013	20.470
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	<u>38.614</u>	<u>18.144</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	<u><u>56.627</u></u>	<u><u>38.614</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2010</u>	<u>2009</u> <u>Ajustado</u>
<b>RECEITAS</b>		
Receita de arrecadação com pedágio	291.390	252.275
Receita de construção	6.662	9.871
Outras receitas	690	51
	<u>298.742</u>	<u>262.197</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custos com prestadores de serviços e outros	59.403	24.755
Custo da concessão	26.404	31.689
Custo da construção	6.662	9.871
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	26.133	22.987
	<u>118.602</u>	<u>89.302</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>180.140</u>	<u>172.895</u>
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	37.425	40.389
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<u>142.715</u>	<u>132.506</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	4.173	1.274
	<u>4.173</u>	<u>1.274</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>146.888</u>	<u>133.780</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Pessoal e encargos:</b>		
Remuneração direta	8.278	6.358
Benefícios	2.404	1.166
FGTS	829	684
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>		
Federais	36.823	38.037
Estaduais	54	48
Municipais	14.374	12.462
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>		
Juros	37.477	18.150
Aluguéis	992	907
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>		
Dividendos	10.843	1.045
Lucros retidos	34.814	54.923
	<u>146.888</u>	<u>133.780</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TRIÂNGULO DO SOL AUTO - ESTRADAS S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Expressas em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia está sediada no Brasil, na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997.

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial pré-determinado de 20 anos.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 16/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano.

Pela exploração do sistema rodoviário a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira em junho de 1998. Este valor é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Esta obrigação está registrada na rubrica “Credores pela Concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% a.a., a qual foi definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de Exploração”, classificada no ativo intangível.
- Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

#### Obras

##### Na SP 326 - Rodovia Brigadeiro Faria Lima

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 293,00 e o km 378,85.

Nesta rodovia deverá ser implantada a 2ª pista do km 313,25 ao km 330,50 quando tráfego atingir um determinado nível de Veículo Diário Médio - VDM estipulado no edital de concessão.

Na SP 333 - Rodovia Carlos Tonani, Nemésio Cadetti e Laurentino Mascari

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 83,02 e o km 123,50 (estendida até o km 142,60, através do Termo Aditivo Modificativo - TAM 01 de 23 de fevereiro de 2001).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 os principais compromissos decorrentes da concessão, conforme mencionado acima, estavam concluídos.

A Companhia, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil das estruturas em geral por seis anos, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação nem reforços nas obras-de-arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

## 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo e determinação de provisões para manutenção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

a) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O contrato de concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão com base no prazo da concessão.

d) Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma e por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de lucro de construção a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e à empresa do grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

e) Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente considerando uma taxa de 6% ao ano, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

As práticas contábeis descritas abaixo, em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas CPC e normas internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços e são de liquidez imediata. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

2.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 6. Adicionalmente, foram revisados no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 os efeitos de depreciação, decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução do imobilizado ao seu valor de realização.

2.3. Ativo intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção. A Companhia reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão de serviços, pois tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo, mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui, quando aplicável, os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão é reconhecida no resultado com base no prazo remanescente da concessão.

#### 2.4. Empréstimos e financiamentos

São contabilizados ao valor original acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até a data dos balanços.

#### 2.5. Credores pela concessão

Correspondem preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 6% a.a., conforme critérios divulgados na nota explicativa nº 1. A contrapartida do ajuste a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi a rubrica de ativo intangível, onde está registrado o direito de exploração. O saldo de Credores pela Concessão a valor presente é corrigido mensalmente, com base na variação do IGP-M, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

#### 2.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

#### 2.7. Provisão para manutenção

O valor reconhecido como provisão para manutenção é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

#### 2.8. Demais ativos, passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

#### 2.9. Receitas

Receita de pedágio: é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção: a receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos.

## 2.10. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos Propostos” por ser considerada como uma obrigação legal.

## 2.11. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é obrigatória para empresas de capital fechado. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 3. EFEITO DA ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO CPC NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 3.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC que, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura, que considera os CPC's emitidos em 2009 e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

Os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações técnicas aplicáveis à Companhia são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável dos Ativos
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa
04 (R1)	Ativo Intangível
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas
17	Contratos de Construção
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subseqüente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43 (R1)	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40

<u>ICPC</u>	<u>Título</u>
01	Contratos de Concessão
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento

<u>Orientação</u>	<u>Título</u>
05	Contratos de Concessão

3.2. Conciliação para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no balanço patrimonial

<u>Ativos</u>	<u>Nota</u>	<u>01/01/2009</u>			<u>31/12/2009</u>		
		<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPC's</u>	<u>BR GAAP reapresentado</u>	<u>BR GAAP anterior</u>	<u>Efeito da transição dos novos CPC's</u>	<u>BR GAAP reapresentado</u>
Ativo circulante		33.244	-	33.244	54.249	-	54.249
Realizável a longo prazo:							
Depósitos judiciais		363	-	363	505	-	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	-	15.974	15.974	-	16.886	16.886
Imobilizado	1	369.589	(354.895)	14.694	368.859	(351.868)	16.991
Intangível	2,3	<u>37.032</u>	<u>333.226</u>	<u>370.258</u>	<u>34.033</u>	<u>308.762</u>	<u>342.795</u>
Total do ativo não circulante		406.984	(5.695)	401.289	403.397	(26.220)	377.177
Total do ativo		<u>440.228</u>	<u>(5.695)</u>	<u>434.533</u>	<u>457.646</u>	<u>(26.220)</u>	<u>431.426</u>

Triângulo do Sol Auto - Estradas S.A.

	Nota	01/01/2009			31/12/2009		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPC's	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPC's	BR GAAP reapresentado
<u>Passivos</u>							
Provisão para manutenção		-	25.313	25.313	-	6.558	6.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	662	(662)	-	581	(581)	-
Outros passivos circulantes		<u>77.292</u>	<u>-</u>	<u>77.292</u>	<u>56.767</u>	<u>-</u>	<u>56.767</u>
Total dos passivos circulantes		77.954	24.651	102.605	57.348	5.977	63.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	6.373	662	7.035	4.861	581	5.442
Outros passivos não circulantes		<u>252.423</u>	<u>-</u>	<u>252.423</u>	<u>264.266</u>	<u>-</u>	<u>264.266</u>
Não circulante		258.796	662	259.458	269.127	581	269.708
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social		61.000	-	61.000	61.000	-	61.000
Reservas de capital		358	-	358	358	-	358
Reservas de lucros	1,2,3,5	<u>42.120</u>	<u>(31.008)</u>	<u>11.112</u>	<u>69.813</u>	<u>(32.778)</u>	<u>37.035</u>
Total do patrimônio líquido		103.478	(31.008)	72.470	131.171	(32.778)	98.393
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>		<u>440.228</u>	<u>(5.695)</u>	<u>434.533</u>	<u>457.646</u>	<u>(26.220)</u>	<u>431.426</u>

Conciliação do patrimônio líquido

	Nota	01/01/2009	31/12/2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		103.478	131.171
Recálculo da amortização do investimento inicial efetuado nas rodovias	2	28.695	26.029
Reversão da manutenção capitalizada, líquida da depreciação acumulada	3	(50.364)	(69.135)
Constituição da provisão para manutenção	3	(25.313)	(6.558)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	<u>15.974</u>	<u>16.886</u>
Total dos ajustes no patrimônio líquido		<u>(31.008)</u>	<u>(32.778)</u>
Total de patrimônio líquido de acordo com o BRGAAP reapresentado		<u>72.470</u>	<u>98.393</u>

Efeitos da adoção nas novas práticas contábeis na demonstração do resultado de 2009

	Nota	31/12/2009		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPC's	BR GAAP reapresentado
Receita operacional líquida	4	230.200	9.870	240.070
Custo dos serviços de operação	3	(48.034)	(19.137)	(67.171)
Custo da construção	4	-	(9.870)	(9.870)
Depreciações e amortizações	2.3	(54.919)	16.455	(38.464)
Parcelas da concessão		<u>(7.568)</u>	-	<u>(7.568)</u>
Lucro bruto		119.679	(2.682)	116.997
Despesas gerais e administrativas		(12.291)	-	(12.291)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>43</u>	-	<u>43</u>
Lucro antes do resultado financeiro		107.431	(2.682)	104.749
Resultado financeiro		(21.950)	-	(21.950)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<u>85.481</u>	<u>(2.682)</u>	<u>82.799</u>
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente		(29.336)	-	(29.336)
Diferido	5	<u>1.593</u>	<u>912</u>	<u>2.505</u>
Lucro líquido do exercício		<u>57.738</u>	<u>(1.770)</u>	<u>55.968</u>
Lucro por ação - R\$		94,65	-	91,75

Conciliação do resultado

	Nota	31/12/2009	
		Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores		85.481	57.738
Custos com manutenção	3	(19.137)	(12.630)
Amortização do investimento inicial efetuado nas rodovias	2	(2.666)	(1.760)
Reversão da depreciação da manutenção nas rodovias	3	<u>19.121</u>	<u>12.620</u>
Total dos ajustes ao resultado		<u>(2.682)</u>	<u>(1.770)</u>
De acordo com o BRGAAP reapresentado		<u>82.799</u>	<u>55.968</u>

Efeito da adoção das BRGAAP na demonstração do fluxo de caixa

	Nota	31/12/2009		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição dos novos CPC's	BR GAAP reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		147.756	(37.891)	109.865
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(50.824)	37.891	(12.933)
Fluxos de caixa das atividades financeiras		(76.642)	-	(76.642)

### Notas às reconciliações

A adoção dos CPC's 15 a 43, das Interpretações 01, 08, 09 e 10 e Orientação 05 resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

- (1) De acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, os bens vinculados a concessão (aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos) devem ser classificados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de concessão. O resultado dessa mudança foi a reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 351.868 (R\$ 354.895 no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009).
- (2) De acordo com as práticas contábeis anteriores, os gastos iniciais de manutenção nas rodovias, quando do início da operação, eram tratados como ativo imobilizado e depreciados até o momento da próxima manutenção. De acordo com as novas práticas contábeis, estes gastos iniciais bem como todos os bens vinculados à concessão são registrados no ativo intangível e amortizados com base no prazo remanescente da concessão. Os gastos iniciais de manutenção que ocorreram no período de 1998 (início da concessão) a 2002 estavam totalmente depreciados nas demonstrações comparativas apresentadas. O saldo da depreciação foi recalculado considerando o prazo remanescente de concessão. O efeito dessa mudança foi um aumento no ativo intangível em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 26.028 (R\$ 28.696 em 1º de janeiro de 2009) e uma redução no resultado de R\$ 2.666.
- (3) De acordo com as práticas contábeis anteriores, os gastos de manutenção de rodovias previstos nos cronogramas de investimentos constantes do contrato de concessão eram tratados como ativo imobilizado na medida em que as obras eram realizadas. As novas práticas contábeis têm tratamento específico para o reconhecimento destes gastos, determinando que os mesmos sejam provisionados como obrigações até o momento da próxima manutenção, na medida em que a rodovia é utilizada pelos usuários. O saldo dos gastos de manutenção efetuados entre 2003 e 31 de dezembro de 2009, líquidos da respectiva depreciação acumulada, foram estornados do ativo intangível e a provisão para manutenção foi recalculada e ajustada. O efeito dessa mudança foi uma redução no ativo intangível em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 69.134 (R\$ 50.365 em 1º de janeiro de 2009), um aumento no passivo circulante em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 6.558 (R\$ 25.313 em 1º de janeiro de 2009) e uma redução no resultado de R\$ 16.
- (4) Reconhecimento da receita de construção, e os respectivos custos pelo valor justo, conforme mencionado nas notas explicativas 2 d) e 2.9.
- (5) Sobre os ajustes acima, foram calculados o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Adicionalmente, foram reclassificados os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos do circulante para o não circulante, conforme estabelecido pelas novas práticas contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Caixa e bancos	1.445	1.910	1.857
Aplicações financeiras	<u>55.182</u>	<u>36.704</u>	<u>16.287</u>
Total	<u>56.627</u>	<u>38.614</u>	<u>18.144</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 100% a 105% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2010, 2009 e no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Pedágio eletrônico a receber	13.922	12.132	11.058
Fibra óptica	706	611	1.381
Cupons a ressarcir	512	549	383
Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R.	17	18	16
Outros valores a receber	<u>9</u>	<u>16</u>	<u>18</u>
Total	<u>15.166</u>	<u>13.326</u>	<u>12.856</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

## 6. IMOBILIZADO

<u>Custo</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Equipamento de Comunicação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento de Pedágio</u>	<u>Informática</u>	<u>Sistema de Controle de tráfego</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2009	1.469	857	977	7.792	1.939	11.040	1.648	6.398	5.409	37.529
Aquisições	-	36	477	12	926	1.432	207	2.175	197	5.462
Baixas	-	-	-	(1)	(109)	-	(3)	-	-	(114)
Em 31 de dezembro de 2009	1.469	893	1.454	7.803	2.755	12.472	1.852	8.573	5.606	42.877
Aquisições	-	44	45	-	1.606	546	15	650	1.308	4.214
Baixas	-	-	-	-	(1.182)	-	(21)	(1)	-	(1.204)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.469</u>	<u>937</u>	<u>1.499</u>	<u>7.803</u>	<u>3.179</u>	<u>13.018</u>	<u>1.846</u>	<u>9.222</u>	<u>6.914</u>	<u>45.887</u>
<u>Depreciação</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Equipamento de Comunicação</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamento de Pedágio</u>	<u>Informática</u>	<u>Sistema de Controle de tráfego</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2009	(457)	(577)	(355)	(3.816)	(1.657)	(10.490)	(770)	(3.262)	(1.451)	(22.835)
Depreciação do exercício	(62)	(50)	(222)	(766)	(470)	(369)	(259)	(575)	(377)	(3.150)
Baixas	-	-	-	1	95	-	3	-	-	99
Em 31 de dezembro de 2009	(519)	(627)	(577)	(4.581)	(2.032)	(10.859)	(1.026)	(3.837)	(1.828)	(25.886)
Depreciação do exercício	(61)	(58)	(131)	(764)	(310)	(226)	(256)	(896)	(452)	(3.154)
Baixas	-	-	-	-	878	-	21	1	-	900
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(580)</u>	<u>(685)</u>	<u>(708)</u>	<u>(5.345)</u>	<u>(1.464)</u>	<u>(11.085)</u>	<u>(1.261)</u>	<u>(4.732)</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(28.140)</u>
Taxas médias anuais de depreciação	4%	10%	10%	10%	20%	40%	20%	10%	6%	

## 7. INTANGÍVEL

<u>Custo</u>	<u>Direito de exploração</u> (a)	<u>Obras e serviços</u>		<u>Direito de uso de software e outros</u>	<u>Total</u>
		<u>Intangível em rodovias</u> (b)	<u>Intangível em andamento</u> (c)		
Em 1º de janeiro de 2009	74.375	566.513	42.947	2.107	685.942
Aquisições	-	6.032	3.838	83	9.953
Transferências	-	<u>40.124</u>	<u>(40.124)</u>	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	74.375	612.669	6.661	2.190	695.895
Aquisições	-	6.662	-	50	6.712
Transferências	-	<u>6.059</u>	<u>(6.059)</u>	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>74.375</u>	<u>625.390</u>	<u>602</u>	<u>2.240</u>	<u>702.607</u>

<u>Amortização</u>	<u>Direito de exploração</u>	<u>Obras e serviços</u>		<u>Direito de uso de software</u>	<u>Total</u>
		<u>Intangível em rodovias</u>			
Em 1º de janeiro de 2009	(37.775)	(276.246)		(1.663)	(315.684)
Amortização do exercício	<u>(2.928)</u>	<u>(34.333)</u>		<u>(155)</u>	<u>(37.416)</u>
Em 31 de dezembro de 2009	(40.703)	(310.579)		(1.818)	(353.100)
Amortização do exercício	<u>(2.928)</u>	<u>(31.196)</u>		<u>(146)</u>	<u>(34.270)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(43.631)</u>	<u>(341.775)</u>		<u>(1.964)</u>	<u>(387.370)</u>
Taxas médias anuais de amortização	4,35%	4,35%		20%	

- (a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Este valor está ajustado a valor presente e vem sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão.
- (b) Refere-se a obras realizadas nas rodovias conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 2 e são amortizadas pelo prazo remanescente da concessão.
- (c) Referem-se a obras em andamento nas rodovias, tais como pavimentação, acostamentos, canteiro central, obras-de-arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

## 8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos são representados por:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/10</u>		<u>31/12/09</u>		<u>01/01/09</u>	
			<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Bradesco	CDI + 0,35 a.m. e 1,72% a.m.	16/03/09	-	-	-	-	2.018	-
Itaúbank	CDI + 0,35 a.m. e CDI+0,47 a.m.	13/04/09	-	-	-	-	3.120	-
Unibanco	CDI + 0,35 a.m. e 120% CDI	29/06/09	-	-	-	-	12.000	-
BNDES (1)	TJLP + juros de 7,1% a.a.	15/05/14	6.166	14.627	6.192	20.679	6.225	26.700
Bradesco (2)	IGP-M + juros de 10,30% a.a.	12/01/15	9.034	40.000	3.277	40.000	8.236	40.000
Itaú BBA (2)	IGP-M + juros de 10,30% a.a.	12/01/15	9.036	40.000	3.279	40.000	8.238	40.000
Unibanco (2)	IGP-M + juros de 10,30% a.a.	12/01/15	9.036	40.000	3.279	40.000	8.238	40.000
Bradesco (3)	CDI + 0,3113% a.m.	21/10/14	2.675	7.500	148	10.000	-	-
Itaú BBA (3)	CDI + 0,311282% a.m.	21/10/14	5.351	15.000	297	20.000	-	-
Encargos financeiros antecipados			<u>(601)</u>	<u>(1.774)</u>	<u>(601)</u>	<u>(2.375)</u>	<u>(428)</u>	<u>(2.142)</u>
			<u>40.697</u>	<u>155.353</u>	<u>15.871</u>	<u>168.304</u>	<u>47.647</u>	<u>144.558</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- (1) O financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES e aos demais bancos, referenciados por (2) e (3), tem como objetivo permitir à Companhia a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão.

Nestes contratos de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas “covenants”, relativas ao nível de endividamento da Companhia e cumprimento de obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

A Companhia assumiu entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato (“covenants”):

- Não criar qualquer encargo, ônus ou outro vínculo de garantia sobre quaisquer de seus ativos e/ou receita;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ((EBITDA - Imposto sobre renda) - (juros caixa + amortização do principal)) em no mínimo 1,2;
- Manter uma relação mínima entre patrimônio líquido e o passivo total de 30%, considerando-se como integrante do passivo as obrigações com arrendamento mercantil (“leasing”) e desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao poder concedente;
- Manter em vigor os seguros necessários de acordo com o Contrato de Concessão e seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelos Agentes;
- Não conceder qualquer empréstimo, não diminuir seu capital social, bem como não celebrar qualquer operação que represente ou resulte em concessão de empréstimo e/ou financiamento a terceiros, incluindo suas controladas ou coligadas, seus controladores diretos ou indiretos ou Companhias controladas por estes, salvo se autorizado pelos Agentes;
- Não assumir dívida de terceiros;
- Não outorgar qualquer garantia real ou fidejussória, exceto depósitos judiciais;
- Não modificar o controle acionário efetivo; vender seus ativos, com exceção de veículos de pequeno porte; realizar operação de fusão, incorporação, cisão ou criar subsidiárias sem prévia anuência dos Agentes;
- Não efetuar pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, restituição de capital aos seus acionistas ou pagamento de dívidas de qualquer natureza de seus acionistas superiores ao lucro líquido do exercício;
- Não conceder ou obter qualquer mútuo, financiamento, empréstimos, desconto de duplicatas, arrendamento mercantil, adiantamento para futuro aumento de capital superior a R\$ 10.000;
- Manter relação entre a dívida líquida (empréstimos e financiamentos subtraídos das disponibilidades) e o EBITDA (lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas, imposto de renda, contribuição social, depreciação e amortização) de no máximo 2,0;
- Não requerer ou ser requerida falência ou sua recuperação judicial, não propor plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, não estar sujeita a qualquer forma de concurso de credores e não interromper suas atividades por mais de 30 dias;

- Substituir no prazo devido o bem dado como garantia no caso de o mesmo sofrer deterioração total ou parcial ou no caso de se tornarem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as obrigações da entidade;
- Não haver protesto legítimo de títulos, de valor individual ou agregado, acima de R\$ 5.000 contra a entidade;
- Não ocorrer qualquer fato ou circunstância que implique, a exclusivo critério do credor, deterioração significativa de nível de risco de crédito da entidade.

Em garantia ao contrato com o BNDES, foram vinculadas as receitas de arrecadação da Companhia, que foram substituídas por fiança bancária e, ainda, fiança prestada pelos acionistas da Companhia. Adicionalmente, em garantia dos contratos referenciados por (2) e (3), foram alienadas fiduciariamente todas as ações da Companhia.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2010</u>
Ano 2012	42.952
Ano 2013	42.951
Ano 2014 e 2015	<u>69.450</u>
	<u>155.353</u>

## 9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, bem como os saldos correspondentes, estão demonstrados a seguir:

	31/12/10				31/12/09	01/01/09	
	CFO Engenharia Ltda. (a)	Engenharia e Construções Carvalho Ltda. (a)	Leão & Leão Ltda. (acionista) (a)	Autostrade Per Itália SPA (acionista) (b)	Total	Total	Total
Transações:							
Conservação de rotina das rodovias	-	5.423	12.630	-	18.053	19.275	17.554
Ampliações principais	-	-	-	-	-	40.254	32.177
Conservação especial, limpeza e outros	21.118	864	2	-	21.984	1.263	1.842
Demais ampliações	1.023	-	-	-	1.023	2.538	13.587
Assessoria financeira	-	-	-	2.792	2.792	1.468	1.260
Assessoria operacional	-	-	-	6.998	6.998	3.680	3.157
Total das transações	<u>22.141</u>	<u>6.287</u>	<u>12.632</u>	<u>9.790</u>	<u>50.850</u>	<u>68.478</u>	<u>69.577</u>
Saldo de:							
Adiantamento a fornecedores	5.000	-	-	-	5.000	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	235	63	14	3.803	4.115	3.626	2.068
Dividendos propostos	-	-	5.421	5.422	10.843	1.045	-
	<u>235</u>	<u>63</u>	<u>5.435</u>	<u>9.225</u>	<u>14.958</u>	<u>4.671</u>	<u>2.068</u>

- a) Serviços de conservação de rotina das rodovias, conservação especial, ampliações principais e demais ampliações.

As transações efetuadas entre as Companhias estão vinculadas ao Contrato de Prestação de Serviços de Conserva Especial, datado de 21 de janeiro de 2010 e ao Contrato de Prestação de Serviços de Conserva de Rotina, datado de 1º de setembro de 2010, e aditado em 25 de outubro de 2010, os quais definiram os serviços a serem realizados, assim como os preços destes serviços.

O Contrato de Prestação de Serviços de Conserva de Rotina foi renegociado em 25 de outubro de 2010 tendo seu valores reduzidos e em razão desta redução a Companhia pagou o valor de R\$ 5.350 que estão registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

- b) Assessoria operacional e financeira

As transações estão vinculadas ao contrato firmado em 28 de agosto de 1998, entre a Companhia e a Somest Investimentos, Participações e Projetos Ltda.. Em 29 de fevereiro de 2000, a Somest transferiu o direito à execução dos serviços a Somague Itinere S.A., sediada no exterior, a qual teve sua razão social alterada para Autostrade Portugal - Concessões de Infraestruturas (ATPCI), S.A. em 26 de junho de 2009. O referido contrato prevê assessoria integral em diversas atividades operacionais, desde a fase de implantação e treinamento até os itens de vigilância, assistência e socorro aos usuários, além da assessoria financeira, que inclui serviços de projeções, controle e análise de riscos. O preço anual para a execução dos serviços era de R\$ 1.090 (valor original), reajustado de acordo com a variação das tarifas de pedágio. Este contrato foi encerrado em 31 de março de 2010 e confeccionado novo contrato com a Autostrade per l'Italia, com o mesmo objeto, que foi encerrado em 31 de outubro de 2010 e, em razão disto, a Companhia pagou o valor de R\$ 5.350 que está registrado parte na rubrica de despesas gerais e administrativas e parte no custo dos serviços prestados.

A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, estabelece regras a serem observadas pelos contribuintes para determinação de preços nas importações e/ou exportações de bens, serviços ou direitos, realizadas junto a pessoas físicas ou jurídicas vinculadas, domiciliadas no exterior. A Administração da Companhia considera que as transações realizadas com partes relacionadas são baseadas em condições normais de mercado; portanto, não ocasionando nenhum tipo de contingência fiscal.

## 10. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER - SP pela outorga da concessão.

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009 estavam representados por:

	<u>31/12/10</u>		<u>31/12/09</u>		<u>01/01/09</u>	
	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo
	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>
Direito de outorga (1)	17.723	94.971	16.458	95.962	16.305	107.865
Parcela variável - 3% da receita bruta (2)	<u>785</u>	<u>-</u>	<u>717</u>	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>-</u>
Total	<u>18.508</u>	<u>94.971</u>	<u>17.175</u>	<u>95.962</u>	<u>16.962</u>	<u>107.865</u>

(1) Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado pelo valor fixo conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O montante ajustado a valor presente foi determinado conforme segue:

- Provisão de R\$ 17.723 em 2010 (valor nominal R\$ 18.297), R\$ 16.458 em 2009 (valor nominal R\$ 16.982) e R\$ 16.305 em 1º de janeiro de 2009 (valor nominal R\$ 16.831), apurada com base no valor das parcelas a vencer no período de janeiro a dezembro de 2011. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio;
- A provisão correspondente às demais parcelas, no montante de R\$ 94.971 em 2010 (valor nominal R\$ 120.953), R\$ 95.962 em 2009 (valor nominal R\$ 125.583) e R\$ 107.865 em 1º de janeiro de 2009 (valor nominal R\$ 145.008), foi atualizada, com base na variação do IGP-M, desde o último reajuste de pedágio até 31 de dezembro de 2010.

Os valores a pagar serão liquidados em 89 parcelas mensais, sendo o montante correspondente a 77 parcelas classificado no exigível a longo prazo.

(2) Valor variável correspondente a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram pagos ao Poder Concedente, respectivamente, os montantes de R\$ 26.062 em 2010 (R\$ 17.388 referentes a direito de outorga fixo e R\$ 8.674 variável) e R\$ 24.242 em 2009 (R\$ 16.733 referentes a direito de outorga fixo e R\$ 7.509 variável).

As parcelas do direito de outorga apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Valor Nominal</u>
Ano 2011	18.297
Ano 2012	18.850
Ano 2013	18.850
Ano 2014	18.850
Ano 2015	18.850
Ano 2016 a 2018	<u>45.553</u>
	<u>139.250</u>

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Alíquotas

As alíquotas vigentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social, perfazendo 34%.

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos correntes e diferidos estão conciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	68.962	82.799
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	<u>(23.447)</u>	<u>(28.152)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros	<u>142</u>	<u>1.321</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(23.305)</u>	<u>(26.831)</u>
Representado por:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(25.579)	(29.336)
Crédito de imposto de renda e de contribuição social diferidos	<u>2.274</u>	<u>2.505</u>
	<u>(23.305)</u>	<u>(26.831)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os saldos de imposto de renda e da contribuição social diferidos estão representados, respectivamente, por:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Diferenças temporárias:			
Base do ativo:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Sobre mudança de prática contábil (ICPC-01 e OCPC-05) (a)	<u>55.191</u>	<u>49.665</u>	<u>46.982</u>
Base de cálculo	55.191	49.665	46.982
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>18.765</u>	<u>16.886</u>	<u>15.974</u>
Bases do passivo:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Sobre ajuste a valor presente - credores pela concessão (b)	12.337	12.907	16.997
Sobre registro do leasing financeiro (c)	792	958	1.124
Sobre encargos antecipados (d)	<u>1.714</u>	<u>2.142</u>	<u>2.570</u>
Base de cálculo	14.843	16.007	20.691
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>5.047</u>	<u>5.442</u>	<u>7.035</u>

(a) O montante de R\$ 18.765 em 2010 (R\$ 16.886 em 2009 e R\$ 15.974 no saldo de 1º de janeiro de 2009) foi gerado através da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

(b) O montante de R\$ 12.337 em 2010 (R\$ 12.907 em 2009 e R\$ 16.997 no saldo de 1º de janeiro de 2009) foi gerado através do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente. Esse valor foi adicionado no Livro de Apuração do Lucro Real -LALUR e será realizado mensalmente até o prazo final da concessão.

- (c) O montante de R\$ 792 em 2010 (R\$ 958 em 2009 e R\$ 1.124 no saldo de 1º de janeiro de 2009) foi gerado a partir do registro de leasing financeiro decorrente da mudança de prática contábil introduzida pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Esse valor foi adicionado no LALUR e será realizado mensalmente até a depreciação total do item objeto do leasing.
- (d) O saldo refere-se às deduções de empréstimos, comissões e IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, retidas na liberação dos financiamentos captados para adições ao imobilizado, conforme nota explicativa nº 8. Esse valor foi adicionado no LALUR e será realizado mensalmente até o prazo final do contrato desses empréstimos.

## 12. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão para contingências. Tais processos representam aproximada e respectivamente, R\$ 21.905 e R\$ 2.078.

O saldo de depósitos judiciais, no montante de R\$ 535 em 2010 (R\$ 505 em 2009 e R\$ 363 no saldo de 1º de janeiro de 2009), está classificado no ativo não circulante.

## 13. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Número de ações</u>
Leão & Leão Ltda.	49,9994%	304.997
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	49,9994%	304.997
Outros	<u>0,0012%</u>	<u>6</u>
Total	<u>100%</u>	<u>610.000</u>

O estatuto da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada a 20% do capital social; 5% para acréscimos de reserva legal, até o valor máximo estabelecido em Lei.

Em 4 de março de 2010, de acordo com Assembléia Geral Ordinária, a Administração da Companhia autorizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 18.500, referente ao saldo remanescente da rubrica de reserva de retenção de lucros na data-base 31 de dezembro de 2009. Desse saldo de dividendos, R\$ 1.045 já se encontravam classificados no passivo circulante como dividendos propostos em 31 de dezembro de 2009.

Em Assembléia Geral Extraordinária, de 27 de abril de 2010, a Administração da Companhia autorizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 8.500, referente ao saldo remanescente da rubrica de reserva de retenção de lucros na data-base 31 de dezembro de 2009.

Em Assembléia Geral Extraordinária, de 18 de outubro de 2010, a Administração da Companhia autorizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.000, referente ao saldo remanescente da rubrica de reserva de retenção de lucros na data-base 31 de dezembro de 2009.

Em Assembléia Geral Extraordinária, de 2 de dezembro de 2010, houve alteração no Estatuto Social em seu artigo 5º aumentando o capital social para R\$ 71.000, com base nos saldos registrados nas reservas de capital, reservas especial para dividendos e reservas para contingências. Houve alteração também no texto do artigo 31º que prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada a 20% do capital social; 5% para acréscimos de reserva legal, até o valor máximo estabelecido pela Lei.

Em 31 de dezembro de 2010 foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 10.843 referentes aos lucros de 2010. O saldo remanescente da conta de lucros acumulados após o lucro líquido do exercício, da constituição das reservas e dos dividendos distribuídos e propostos é alocado à reserva de retenção de lucros e sua destinação será definida em Assembléia Geral.

#### 14. RECEITAS E CUSTOS

A receita e os custos são compostos conforme abaixo:

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Receita com arrecadação de pedágio	280.853	244.711
Receita de construção	6.662	9.870
Outras receitas	<u>10.537</u>	<u>7.564</u>
Receita bruta	298.052	262.145
Imposto sobre a receita	(25.599)	(22.075)
Receita operacional líquida	<u>272.453</u>	<u>240.070</u>
Custo dos serviços de operação	(89.391)	(67.171)
Custo com construção	(6.662)	(9.870)
Custo com depreciação e amortização	(35.477)	(38.464)
Parcelas da concessão	<u>(8.742)</u>	<u>(7.568)</u>
Total dos custos	<u>(140.272)</u>	<u>(123.073)</u>

#### 15. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Receita	272.453	240.070
Outros ganhos e perdas, líquidos	4.558	2.683
Despesas de conserva, manutenção e operação da rodovia	(54.823)	(40.102)
Despesas de depreciação e amortização	(37.425)	(40.389)
Despesas com a outorga da concessão	(26.404)	(12.552)
Despesas com prestadores de serviços	(21.627)	(17.995)
Despesas com funcionários	(13.551)	(9.491)
Despesas com materiais e equipamentos	(5.070)	(5.418)
Despesas com construção	(6.662)	(9.870)
Custos de empréstimos e financiamento	(37.480)	(19.542)
Outras despesas	<u>(5.007)</u>	<u>(4.595)</u>
Lucro antes dos impostos	68.962	82.799
Despesas com impostos de renda e contribuição social	(23.305)	(26.831)
Lucro líquido do exercício	<u>45.657</u>	<u>55.968</u>

## 16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	4.172	758
Varição monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	(17.663)	(4.984)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	(34.655)	(15.811)
Outras despesas financeiras líquidas	<u>(2.823)</u>	<u>(1.913)</u>
	<u>(50.969)</u>	<u>(21.950)</u>

## 17. SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos operacionais	23.080
	Riscos de engenharia	2.200
	Perda de receita	24.000
	Responsabilidade civil	17.264
Seguro garantia:	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	30.582
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	81.635
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	21.071

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários. Os valores desses instrumentos reconhecidos nos balanços patrimoniais findos naquelas datas aproximam-se ao valor de mercado, estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e juros atualizados até a data do balanço. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.